

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Número de lugares (dotação global)			Observações	
			Providos	Vagos	Total		
	Auxiliar técnico de turismo	Auxiliar técnico de turismo	1	1	2	Um aditado — artigo 15.º Decreto-Lei n.º 497/99.	
	Bilheteiro	Bilheteiro	3		3		
	Operador de reprografia . . .	Operador de reprografia	2		2		
	Cantoneiro de limpeza . . .	Cantoneiro de limpeza	32	9	41		
	Coveiro	Coveiro	3	2	5		
	Cozinheiro	Cozinheiro	1	2	3		
	Telefonista	Telefonista	1	1	2		
	Nadador salvador	Nadador salvador	2	2	4		
	Auxiliar administrativo . . .	Auxiliar administrativo	15		15		
	Auxiliar de serviços gerais	Auxiliar de serviços gerais	12	5	17		
	Vigilante de jardins e parques infantis.	Vigilante de jardins e parques infantis.	2	2	4		
	Guarda nocturno	Guarda nocturno		6	6		
Apoio educativo	Auxiliar de acção educativa	Auxiliar de acção educativa nível 2 Auxiliar de acção educativa nível 1		36	36		

Aviso n.º 7378/2005 (2.ª série) — AP. — Nuno Miguel Fernandes Mocinha, vereador da Câmara Municipal de Elvas, no uso de competências que lhe foram delegadas, torna público que, na sequência de despacho do presidente desta autarquia, foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, renovável, nos termos do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto:

Marta Miguens Conceição Rocha — para a categoria de técnica superior de 2.ª classe de relações internacionais, índice 400, 1.º escalão, com o vencimento mensal líquido de € 1268,64, com início em 5 de Setembro de 2005.

Sérgio Manuel de Oliveira Peixe — para a categoria de técnico especialista, engenheiro técnico electrotécnico, índice 460, 1.º escalão, com o vencimento mensal líquido de € 1458,94, com início em 1 de Outubro de 2005.

3 de Outubro de 2005. — O Vereador, com competências delegadas, *Nuno Miguel Fernandes Mocinha*.

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Aviso n.º 7379/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que, por motivo de urgente conveniência de serviço, foram celebrados contratos a termo certo, nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os indivíduos a seguir indicados:

Rui António da Silva Torres — para a categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128, pelo prazo de seis meses, renovável até ao limite máximo de três anos, com início em 27 de Julho de 2005.

Lúcio Flávio Foutinho Calhas Fortunato Almeida — para a categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128, pelo prazo de seis meses, renovável até ao limite máximo de três anos, com início em 1 de Agosto de 2005.

Jorge Filipe da Ponte Oliveira — para a categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128, pelo prazo de seis meses, renovável até ao limite máximo de três anos, com início em 1 de Agosto de 2005.

João Miguel dos Santos Correia — para a categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128, pelo prazo de seis meses, renovável até ao limite máximo de três anos, com início em 12 de Setembro de 2005.

Rui Filipe Bento Madureira — para a categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128, pelo prazo de seis meses, renovável até ao limite máximo de três anos, com início em 12 de Setembro de 2005.

3 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*.

CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

Aviso n.º 7380/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei

n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 6 de Setembro de 2005, foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo, pelo período de um ano, com início em 3 de Outubro de 2005, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com José Manuel Vaz Ribeiro e Gabriel Godinho Mendes, para a categoria de cantoneiro (operário qualificado).

6 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Luís Ribeiro Pereira*.

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Aviso n.º 7381/2005 (2.ª série) — AP. — Nos termos do n.º 1 do artigo 70.º e do n.º 2 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, fica por este meio notificado José Renato Mendes Marques, casado, natural de Santo António, residente em parte incerta, com a categoria de cantoneiro de limpeza do Departamento de Ambiente da Câmara Municipal do Funchal, que, por deliberação da Câmara Municipal do Funchal de 11 de Agosto de 2005, na sequência do processo disciplinar que lhe foi instaurado por violação do dever de assiduidade, foi-lhe aplicada a pena de aposentação compulsiva.

29 de Setembro de 2005. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui Rodrigues Olim Marote*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 7382/2005 (2.ª série) — AP. — *Elaboração do Plano de Pormenor da Povoação de Burgau na Área do Município de Lagos.* — Nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Lagos na sua reunião realizada no dia 21 de Setembro de 2005, deliberou promover a elaboração do Plano de Pormenor da Povoação de Burgau na Área do Município de Lagos, aprovando os respectivos termos de referência.

3 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*.

CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Aviso n.º 7383/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna público, que por despacho da, presidente da Câmara exarado em 1 de Agosto de 2005, foi renovado, por mais seis meses, o contrato de trabalho celebrado com

António Fernando Peixoto Dutra, para o exercício de funções de cantoneiro de limpeza, produzindo efeitos a 4 de Setembro de 2005.

3 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, em exercício, *Leonildo Manuel Garcia Machado*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 7384/2005 (2.ª série) — AP. — Em 4 de Fevereiro de 2004, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou, através da proposta n.º 47/2004, proceder à elaboração do plano de pormenor em regime simplificado, Projecto Urbano Parque Oriente, tendo simultaneamente aprovado os termos de referência do plano que fundamentam a sua oportunidade e fixam os respectivos objectivos.

Concluída a proposta de plano, executada com o enquadramento legal do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, de acordo com os artigos 90.º, 91.º e 92.º deste diploma, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, foi esta submetida à consulta das entidades com competências sobre a área de intervenção, tendo a CCDR-LVT, em 29 de Setembro de 2005, referindo que se encontra concluída a fase de acompanhamento, com o parecer favorável das entidades consultadas, emitido assim o parecer previsto no n.º 7 do artigo 75.º do mesmo decreto-lei.

A proposta de plano encontra-se assim em condições de ser submetida à discussão pública prevista nos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º do mesmo decreto-lei, pelo que se avisam todos os interessados que, por um período de 15 dias úteis a iniciar a seguir ao 5.º dia posterior à publicação deste aviso no *Diário da República*, poderão ser consultados os documentos que instruem aquela proposta nos seguintes locais:

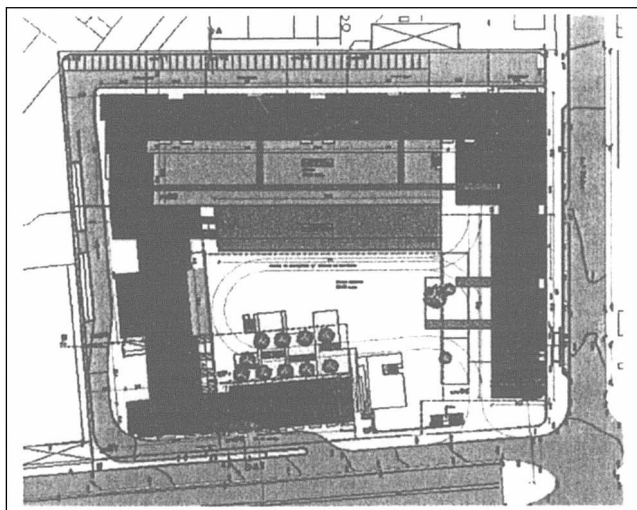
- Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL), Picoas Plaza, Rua de Viriato, 13 a 17;
- Gabinete de Relações Públicas da Direcção Municipal de Planeamento Urbano, edifício da Câmara Municipal de Lisboa, Campo Grande, 25, 3.º, esquerdo;
- Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, Rua do General Silva Freire, lote C, Olivais.

Durante este período os interessados poderão apresentar reclamações, observações ou sugestões relativas à proposta do Projecto Urbano Parque Oriente.

Estas deverão ser apresentadas em ofício devidamente identificado dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, podendo utilizar para o efeito impresso próprio, que pode ser obtido nos locais acima referidos.

Com o sentido de incentivar a participação neste processo, é criada uma página específica no *site* de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa (<http://ulisses.cm-lisboa.pt>), na Secção de Planeamento Urbano, Projecto Urbano Parque Oriente, através da qual os interessados poderão consultar os documentos que instruem o processo, descarregar o impresso para a formulação de reclamações, observações e sugestões ou ainda contactar a equipa do Plano através do *e-mail* dpu@lisboa.pt.

Projecto Urbano Parque Oriente



7 de Outubro de 2005. — A Vereadora, *Eduarda Napoleão*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Aviso n.º 7385/2005 (2.ª série) — AP. — *Plano de Urbanização de Real de Baixo, definido pela Avenida Villagarçia de Arosa, Rua de D. Nuno Álvares Pereira, Estrada da Circunvalação e Avenida de D. Maria II, em Matosinhos.* — José Narciso Rodrigues de Miranda, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, torna público que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 26 de Setembro de 2005, deliberou mandar elaborar o Plano de Urbanização de Real de Baixo, definido pela Avenida de Villagarçia de Arosa, Rua de D. Nuno Álvares Pereira, Estrada da Circunvalação e Avenida de D. Maria II, em Matosinhos.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma legal, decorrerá por um período de 30 dias úteis, a contar da data desta publicação no *Diário da República*, um processo de audição ao público, durante o qual os interessados poderão formular sugestões, bem como apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do Plano Urbanização de Real de Baixo, definido pela Avenida de Villagarçia de Arosa, Rua de D. Nuno Álvares Pereira, Estrada da Circunvalação e Avenida de D. Maria II, em Matosinhos.

3 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Narciso Rodrigues de Miranda*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONFORTE

Aviso n.º 7386/2005 (2.ª série) — AP. — *Rescisão de contrato.* — Rui Mendes Maia da Silva, presidente da Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, torna público que, por despacho de 6 de Outubro de 2005, e em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna público que foram autorizados os pedidos de rescisão dos contratos abaixo indicados, produzindo efeitos a partir de 6 de Outubro de 2005, data em que os requerentes vão tomar posse de lugar:

Álvaro Filipe Sengo Café — contratado a termo certo na categoria de leitor cobrador de consumos.

António Joaquim Rijo Bagorro — contratado a termo certo na categoria de fiscal municipal.

Tânia João Beijoca Félix — contratada a termo certo na categoria de auxiliar técnica de museografia.

6 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Rui Manuel Maia da Silva*.

CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS

Aviso n.º 7387/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável às autarquias locais por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que esta Câmara Municipal celebrou com Sónia Alexandra Costa Marques Pais Simão e Sónia Isabel Borges Guedes um contrato de trabalho a termo certo, a tempo parcial, cinco horas por dia, para o exercício de funções correspondentes à categoria de auxiliar de serviços gerais, do grupo de pessoal auxiliar, válido pelo prazo de um ano, com início a 3 de Outubro de 2005, a remunerar pelo escalão 1, índice 137, do estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública. (Isento de fiscalização prévia.)

4 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Lopes Correia*.

Aviso n.º 7388/2005 (2.ª série) — AP. — José Lopes Correia, presidente da Câmara Municipal do Município de Nelas, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, que no dia útil seguinte à publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República* vai entrar em vigor a alteração ao Regulamento de Trânsito da Vila de Nelas, que foi presente à reunião ordinária desta Câmara Municipal realizada em 25 de Maio de 2005 e aprovada em sessão ordinária da Assembleia